

Governo buscará dinheiro no exterior para salvar estados

- 7 OUT 1995

Dívida Pública

- 7 OUT 1995

JORNAL DE BRASÍLIA

O Governo Federal começou a negociar com os governos estaduais e municipais um programa de estabilização financeira como pré-condição ao uso de recursos do Tesouro Nacional na renegociação das dívidas dos estados e municípios. A maior preocupação do Governo é o endividamento de estados e municípios junto a bancos privados que cobram taxas acima de 5% ao mês para fazer adiantamentos sobre receita orçamentária (ARO) que, de janeiro a setembro deste ano já alcançam R\$ 29 bilhões. Alguns estados pagam juros de até 10% ao mês por esses empréstimos.

“Vamos dar um tratamento que, necessariamente, passa por quitar estas dívidas junto ao setor privado e transferi-las para o Governo”, explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, ao esclarecer que por serem dívidas de curto prazo e com taxas de juros muito altas,

“existem algumas hipóteses a serem estudadas, que passam pela liberação de recursos (federais) nesse contexto (de negociação do ajuste)”.

“A solução dessa questão terá que passar por um esforço conjunto entre Governo Federal e governos estaduais. O comprometimento de recursos por parte do Governo Federal dependerá do programa de ajustes dos estados. Não teremos recursos a fundo perdido”, complementou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em sua conversa semanal com os jornalistas.

O Governo Federal estuda, entre outras hipóteses, a liberação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dinheiro captado pelo Banco do Brasil no exterior, através da Resolução nº 63 do Banco Central — que permite a contratação de

empréstimos com bancos estrangeiros e seu repasse a beneficiários no País.

“Não haverá comprometimento de recursos do Tesouro Nacional sem uma clara contrapartida dos estados num programa de ajustes”, concluiu o ministro, após destacar alguns pontos de responsabilidade dos estados. Dentro do programa de saneamento fiscal com metas de desempenho e avaliação periódica, os governadores e prefeitos se comprometeriam a não usar as operações ARO durante o programa.

O principal compromisso, segundo Malan, será o engajamento de todos os governadores junto as suas bancadas federais de deputados e senadores para a aprovação das propostas de reformas do Governo: administrativa, tributária e previdenciária, sem as quais o ministro considera inviável o programa de ajuste em negociação.